



Número 62
Março de 2008

Política de valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Política de valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março

Em 2004, as Centrais Sindicais, através de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao poder executivo e legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultados destas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, elevou-se para R\$ 350,00; e também, em abril de 2007, o salário mínimo foi corrigido para R\$ 380,00.

Também como resultado destas negociações, foi acordado em 2007 uma política permanente de valorização do salário mínimo, até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as suas correções, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), além da antecipação da data base de sua correção - a cada ano - até ser fixada em janeiro. A política prevê, até 2011, as seguintes regras:

- Em 2008, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2006, com a antecipação da data base para março.
- Em 2009, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2007, com a antecipação da data base para fevereiro.
- Em 2010, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2008, com fixação da data base em janeiro.
- Em janeiro de 2011, reajuste pela a inflação do período mais variação do PIB de 2009 e avaliação da política, segundo critérios negociados em 2007.

1. O salário mínimo de 1º março de 2008

Para verificar o ganho real, com a revisão efetivada 1º de março de 2008, foi considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 01.04.07 à 29.02.2008.

- A variação do INPC-IBGE para o período de 01.04.07 a 29.02.08 foi de 4,98%; o PIB de 2006 teve um crescimento de 3,7%;
- A variação do valor do salário mínimo de R\$ 380,00 para R\$ 415,00 resulta em aumento de 9,21%, conforme definindo na MP nº 421, de 29 de fevereiro de 2008;

- O aumento real do salário mínimo em 01.03.08 é de:

4,03 %

2. O reajuste do salário mínimo nos mandatos do governo Lula

No primeiro ano do governo Lula (2003), o salário mínimo teve reajuste de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que significou um aumento real de 1,23%. No segundo, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%, resultando em aumento real de 1,19%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, para uma inflação de 6,61%, o que significou um aumento real de 8,23%. Em 2006, para uma inflação de 3,21%, o reajuste foi de 16,67%, o que correspondeu a um aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para uma elevação do INPC de 3,30%, entre maio de 2006 e março de 2007, ante uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo ficou em 5,1%.

Considerando a variação do INPC em 4,98%, até o final de fevereiro de 2008, e o valor de R\$ 415,00, em 1º de março de 2008, o ganho real acumulado no período do governo Lula é de 37,02%, resultante de uma variação nominal de 107,49%, contra inflação de 51,43%. Observa-se, na Tabela 1, que aumentos reais expressivos ocorreram a partir de 2005, ano em que as centrais sindicais – com a assessoria do DIEESE - iniciaram a campanha de valorização do salário mínimo.

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo
2003-2008

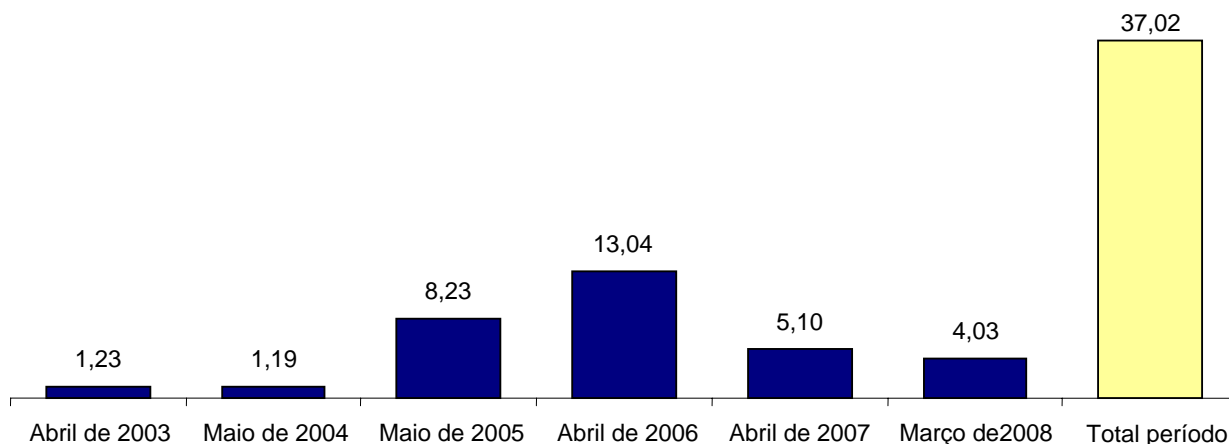
Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Total (abr/2002 – mar/2008)	-	107,49	51,43	37,02

Elaboração: DIEESE

O Gráfico 1 mostra estes resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

GRÁFICO 1
Aumentos Reais no Salário Mínimo
2003-2008

(em %)



Elaboração: DIEESE

3. Os impactos da elevação do salário mínimo na economia

Com o acréscimo de R\$ 35,00 ao Salário Mínimo, é possível estimar o total de beneficiados pela mudança, bem como o que isto representa para a economia e arrecadação tributária do país (Tabela 2). Os números resultantes do aumento são:

- **45,3 milhões de pessoas** têm seu rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 20,3 bilhões** será o incremento de renda na economia.
- **R\$ 5,0 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 35,00
Brasil 2007

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional no Gasto Anual -R\$	Arrecadação Tributária Adicional R\$
Beneficiários do INSS	17.124	7.791.516.915	1.908.921.644
Empregados	13.785	6.272.175.000	1.536.682.875
Conta-própria	9.079	3.813.180.000	934.229.100
Trabalhadores Domésticos	5.029	2.288.195.000	560.607.775
Empregadores	275	115.500.000	28.297.500
Total	45.292	20.280.566.915	4.968.738.894

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – FIBGE e Boletim Estatístico da Previdência Social – setembro de 2006.

Obs.: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo;

(b) Considerado 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos;

(c) Considerando-se tributação média sobre consumo de 24,5 %.

4. A importância do salário mínimo nas administrações públicas

O número de trabalhadores, no setor público, que ganha até 1 salário mínimo, é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é expressiva especialmente na região Nordeste (Tabelas 3).

Quando se observa o impacto do aumento de 9,21% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: um maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

Tabela 3
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no Setor Público por Faixa de Salários Mínimos

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total (*)
Norte	0,73	3,06	96,17	100,00
Nordeste	1,22	3,47	95,24	100,00
Sudeste	0,98	3,34	95,57	100,00
Sul	0,31	2,90	96,70	100,00
Centro-Oeste	1,84	2,80	95,32	100,00
Total	1,26	3,10	95,58	100,00
Valor absoluto	10.439	25.752	794.473	831.240
Região	Serviço Público Estadual			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total
Norte	2,24	20,73	77,00	100,00
Nordeste	2,96	25,43	71,55	100,00
Sudeste	5,24	10,67	83,70	100,00
Sul	0,66	15,95	82,92	100,00
Centro-Oeste	2,05	12,34	85,39	100,00
Total	3,41	16,13	80,19	100,00
Valor absoluto	107.618	508.520	2.527.458	3.151.978
Região	Serviço Público Municipal			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total
Norte	10,27	54,56	35,03	100,00
Nordeste	21,64	53,75	24,26	100,00
Sudeste	3,06	33,59	63,01	100,00
Sul	1,97	33,71	63,98	100,00
Centro-Oeste	4,23	52,13	43,48	100,00
Total	9,28	42,67	47,73	100,00
Valor absoluto	391.378	1.799.890	2.013.187	4.217.834

(*) Inclui os vínculos sem informação de salário

Fonte: MTE. Rais 2006

Elaboração: DIEESE

Tabela 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do Reajuste de 9,21% na Massa de Remuneração Total

Região	Serviço Público Federal		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,01%	0,02%	0,03%
Nordeste	0,01%	0,02%	0,03%
Sudeste	0,01%	0,02%	0,03%
Sul	0,00%	0,02%	0,02%
Centro-Oeste	0,01%	0,02%	0,03%
Total	0,01%	0,02%	0,03%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,04%	0,28%	0,32%
Nordeste	0,06%	0,38%	0,44%
Sudeste	0,06%	0,14%	0,19%
Sul	0,01%	0,21%	0,22%
Centro-Oeste	0,02%	0,12%	0,14%
Total	0,04%	0,21%	0,25%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,41%	1,51%	1,92%
Nordeste	0,95%	1,73%	2,68%
Sudeste	0,07%	0,61%	0,68%
Sul	0,05%	0,67%	0,72%
Centro-Oeste	0,14%	1,26%	1,40%
Total	0,27%	0,94%	1,20%

Fonte: MTE. Rais 2006

Elaboração: DIEESE

5. O impacto do aumento nas contas da previdência

O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a 1 salário mínimo é de 42,8% e envolve 65,7% do total de beneficiários.

O impacto de um aumento de R\$ 1,00 no salário mínimo sobre a folha de benefícios da Previdência é estimada, pelo governo, em R\$ 215,1 milhões ao ano.

Assim, o impacto do aumento para R\$ 415,00 (variação de R\$ 35,00), significará um custo adicional ao ano em cerca de R\$ 7,5 bilhões.

6. Distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5: O maior percentual daqueles que ganham até um salário mínimo encontra-se no Nordeste.

TABELA 5
Distribuição dos ocupados, por faixa de rendimento
Brasil e Grandes Regiões, 2006

Regiões	Com rendimento até 2 SM			Mais de 2 SM	Total Absoluto
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Total		
Norte	43,3%	33,3%	76,5%	23,5%	5.651.295
Nordeste	62,1%	23,2%	85,4%	14,6%	18.924.122
Sudeste	25,8%	37,5%	63,3%	36,7%	35.449.017
Sul	24,2%	39,2%	63,4%	36,6%	12.467.788
Centro-Oeste	30,6%	36,5%	67,1%	32,9%	5.878.533
Brasil	35,9%	34,0%	69,9%	30,1%	78.370.755

Fonte: IBGE. PNAD.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: Exclui os sem rendimento e sem declaração.

7. Relação entre salário mínimo e cesta básica

Com o valor do salário mínimo em R\$ 415,00, e a cesta básica mantendo, em março, o mesmo valor verificado para fevereiro de 2008, estima-se que o salário mínimo terá, então, um poder de compra equivalente a 1,83 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- 1,83 Cestas Básicas é a terceira maior relação na série das médias anuais desde 1971; perdendo apenas para os anos de 2006 e 2007.

TABELA 6
Relação entre a quantidade de cestas básicas
adquiridas com um salário mínimo
São Paulo – 1995-2006

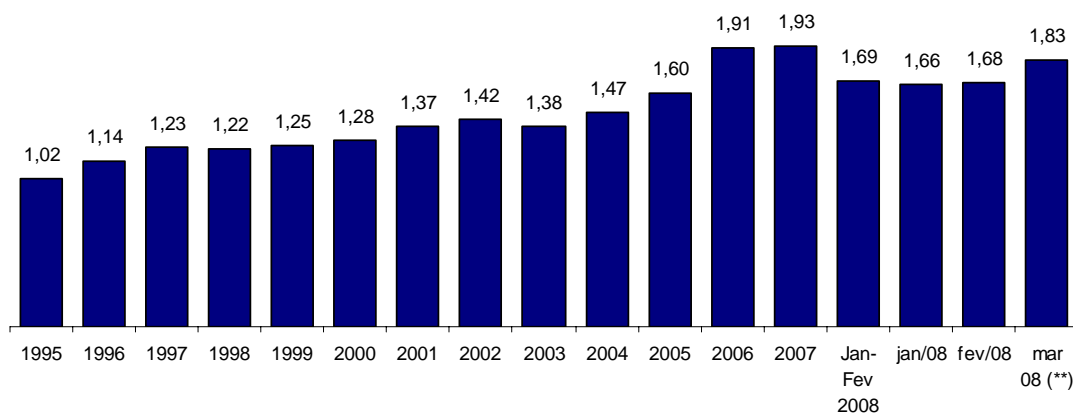
Ano (*)	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
Jan-Fev de 2008	1,69
Jan/08	1,66
Fev/08	1,68
Mar/08 (**)	1,83

Fonte: DIEESE

(*) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo.

(**) Estimativa (Valor da Cesta Básica de março = fevereiro)

GRÁFICO 2
Quantidade de Cestas Básicas adquiridas pelo salário mínimo
1995-2008

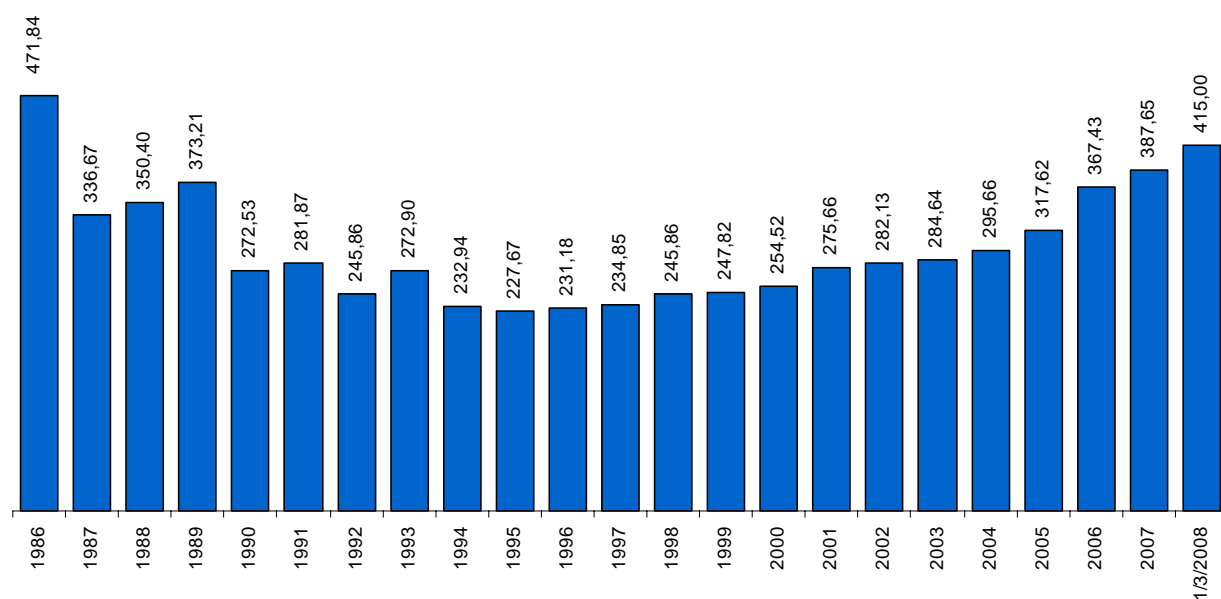


Elaboração: DIEESE

Considerando-se a evolução do salário mínimo e trazendo todos os valores médios anuais para reais de março de 2008 (deflacionados por projeção do ICV - estrato inferior), o valor de R\$ 415,00 em primeiro de março/2008, significará o maior valor da série das médias anuais desde 1986.

GRÁFICO 3
Salário mínimo médio anual
1986-2008

(em R\$ de 01/03/2008)



Fonte e elaboração: DIEESE
Obs.: Média sem 13º salário

8. Salário mínimo e pisos de categorias

Considerando-se o levantamento realizado pelo SAS – Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE, que reuniu 490 pisos salariais estabelecidos ao longo dos meses de abril e dezembro de 2007, verifica-se que:

148 pisos (30% do total) deverão ser corrigidos para valores equivalentes ao novo salário mínimo, uma vez que se encontram em um patamar inferior a R\$ 415,00.

DIEESE

Direção Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Carlos Eli Scopim – Vice-presidente
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região
Tadeu Morais de Sousa - Secretário
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI de Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricistas da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
Josinaldo José de Barros – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT - CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
Nelson Karam – coordenador de relações sindicais
Francisco J. C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Cláudia Fragoso – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Ademir Figueiredo
Ilmar Ferreira Silva
Pedro dos Santos Bezerra Neto
Ramiro Moraes Torres
Fernando Mendes Seixas (estagiário)
Iara Heger (revisão)